



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2650

Presidente da Mesa Diretora: José Paulo Ferreira Gomes

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 12/05/87

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 09/87. Autoriza o Poder Executivo a vender, doar, permutar e fazer dação em pagamento de imóveis pertencentes ao município, localizados no Conjunto Habitacional Presidente Tancredo Neves, em atendimento às pessoas de baixa renda.

Controle Interno – Caixa: 12

Posição: 43

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Imóveis
V: 12
Ordem: 113
nº fls: 03

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 029/87

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:-

Autoriza o Executivo a vender, doar, permutar e
fazer doação em pagamento de imóveis pertencen-
tes ao Município. (Lotes de terreno no Conjunto
Habitacional Tancredo Neves - pessoas de baixa
renda

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 12.05.87
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 12.05.87
- 3 Aprovado em 1º - 19.05.87
- 4 À Com. de Finanças - 19.05.87
- 5 Aprovado em 2º - 26.05.87
- 6 À Com. de Educação - 26.05.87
- 7 Aprovado em 3º - 02.06.87
- 8 À sanção - 02.06.87
- 9 Arquivar-se -
- 10



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº DE 06 DE MAIO DE 1.987.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO VENDER, DOAR, PERMUTAR E FAZER DAÇÃO EM PAGAMENTO DE IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a vender, doar, permutar e a fazer dação em pagamento de lotes de terreno, situados no loteamento popular, denominado conjunto habitacional "Presidente Tancredo Neves" (prolongamento) nesta cidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os limites, confrontações e áreas de cada imóvel constarão dos contratos e/ou escrituras definitivas a serem celebrados e outorgados.

Art. 2º - Por se tratar de relevante interesse público e social, fica o Poder Executivo dispensado de proceder à concorrência, de que trata a Lei Complementar nº 03, de 28 de dezembro de 1.972, tendo em vista que os imóveis serão alienados a pessoas de baixa renda, previamente, selecionadas pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Montes Claros.

§ 1º - Os referidos lotes de terreno a serem alienados, serão, previamente, avaliados pela Comissão permanente de avaliação constituída pelo Sr. Prefeito Municipal.

§ 2º - O preço e as formas de pagamento, bem como cláusulas especiais constarão dos contratos e/ou escrituras definitivas a serem lavradas.

Art. 3º - As escrituras públicas e os termos

Cont.





PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Fls. II

de doação conterão cláusulas especiais, pelas quais ficarão os imóveis doados gravados com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade, pelo prazo certo de 10 (dez) anos, estendendo-se estes gravames aos sucessores, a qualquer título, dos donatários.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e de clara.

Prefeitura de Montes Claros, 06 de maio de 1987.

1.987.

DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal em Exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
e Justiça
EM 12 DE maio DE 1987
PRESIDENTE

A matéria é legal
e constitucional. Somos
pelo sua aprovação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCURSSÃO POR
unanimidade de 10 votos
EM 19 DE maio DE 1987
PRESIDENTE

Proc. Com 19.05.87

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCURSSÃO POR
EM 26 DE maio DE 1987
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Educação
EM 26 DE maio DE 1987
PRESIDENTE

Somos pelo ma-
nterência do texto
original.

Proc com 02/06/87

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCURSSÃO POR
EM 02 DE junho DE 1987
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
EM 02 DE junho DE 1987
PRESIDENTE

Proibição juliano 97.





Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em, 06 de maio de 1987.

Of. Nº : SG-0605/87.

Assunto : Mensagem.

Serviço : Secretaria de Governo.

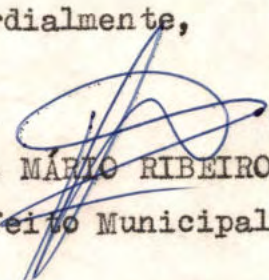
Senhor Presidente,

O projeto de Lei, que ora encaminhamos a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Câmara, revela um dos mais sérios e graves problemas sociais existentes em nossa comunidade. Deparamos, frequentemente, com pessoas carentes, que vivem em verdadeiro sub-mundo, míseros ocupantes de velhas casas abandonadas e com os que procuram no lixo latas velhas, para construírem barracas, causando a formação de favelas.

Não podemos assistir, passivamente, nos dias de hoje, a este drama que degrada e avilta a pessoa humana.

Por isso, o projeto de lei que apresentamos a essa Augusta Casa, contém um significado maior, que é o da solidariedade humana. Esperamos, pois, que os Senhores Vereadores, reconhecendo o relevante interesse público e a situação de miserabilidade destes nossos irmãos, irmanem-se conosco, aprovando este projeto de lei.

Cordialmente,


DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ PAULO FERREIRA GOMES
DD. Presidente da Câmara Municipal
N E S T A.

